

PALAVRA DA PRESIDENTE



PNE APROVADO. EIS A QUESTÃO.

Ao mesmo tempo em que comemoramos a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), devemos refletir, com bastante preocupação, algumas indagações. O cumprimento das metas audaciosas propostas pelo PNE esbarra em grandes entraves da educação brasileira, tais como a regulamentação do regime de colaboração dos entes federados, a lei de responsabilidade fiscal e a questão dos recursos.

O Plano traça metas e estratégias importantes para todos os níveis de ensino e, também, indicadores de qualidade para a Educação Básica. Além disso, há metas para a formação inicial e continuada dos profissionais de educação, incluindo a valorização da carreira. Todas estas metas são mensuráveis e englobam a ampliação de atendimento para todos os níveis e modalidades do ensino.

Entendemos que a Educação Brasileira precisa desenvolver-se com rapidez e eficácia e, portanto, ter um plano significa que o país tem clareza quanto à trajetória que pretende seguir para garantir a evolução da oferta e da qualidade da educação. Contudo, as indagações feitas acima requerem atenção especial não só dos gestores, mas também de toda a sociedade.

É preciso ficar claro para a sociedade brasileira, que a implementação do PNE deve ser responsabilidade conjunta dos entes federados: União, Estados e Municípios. Toda a sociedade precisa estar articulada e envolvida na elaboração de políticas públicas que assegurem o direito de cada cidadão brasileiro à educação pública de qualidade. Os Estados

e Municípios terão de elaborar os seus Planos de Educação alinhados com as metas do PNE, considerando as peculiaridades locais e com a participação social que é imprescindível para que conquistemos a qualidade de ensino público que nossos estudantes merecem.

Alguns Municípios já elaboraram seus Planos Municipais de Educação. Como é o caso de Guarujá, que de forma pioneira na região da Baixada Santista, instaurou um Fórum Permanente do Plano Municipal de Educação, em 2010. A elaboração do Plano Decenal contou com a participação de vários segmentos sociais ligados à educação e se tornou referência para outros municípios de todo o Brasil.

O futuro da educação em Guarujá foi traçado no Plano Decenal 2012/2021 que norteará os passos dos gestores nos próximos dez anos. O Plano foi aprovado pela Lei 3985 e sancionado pela Prefeita Maria Antonieta de Brito, em 2012. A iniciativa democrática e inclusiva teve por objetivo elaborar uma agenda de propostas educacionais e articular questões significativas do cotidiano em um processo amplo e participativo.

Algumas metas do PNE já foram alcançadas pelo Município de Guarujá. A universalização do Ensino Fundamental, por exemplo, é uma delas. Hoje todas as crianças deste nível educacional são atendidas. Na pré-escola estamos bem perto de atingir a meta. Se somarmos as matrículas das redes pública e privada, temos aproximadamente 95% das crianças matriculadas. A meta é chegar a 100%, em 2016. A taxa de analfabetismo vem sendo drasticamente reduzida com os programas de alfabetização em

curso. O uso das TICs é outro ponto em que avançamos muito. Os alunos da rede municipal contam com salas multimídia e curso de robótica em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental.

Como Secretária de Educação de Guarujá, sinto muito orgulho desta conquista e agradecemos a todos que participaram de forma profissional e séria deste marco histórico da cidade. Temos a consciência de que há muito trabalho a ser desenvolvido.

Sabemos as dificuldades que enfrentamos e enfrentaremos para cumprir outras metas do PNE, pois não basta criar um Plano que estabeleça metas a serem cumpridas sem que sejam alteradas outras leis que limitam a ação dos dirigentes públicos e, desta forma, inviabilizam todo o processo e geram déficit nos orçamentos municipais.

Da forma como estão concebidas as metas do PNE e ante às dificuldades que já podemos visualizar que cada município terá para cumprí-las, o grande desafio será tirar o PNE do papel e transformá-lo em ações práticas para o cumprimento das metas e garantir a qualidade da Educação Brasileira.

Fortaleço-me ao lembrar da frase de Antônio Nóvoa, educador português: "Não basta atribuir responsabilidades às diversas entidades, é necessário que elas tenham uma palavra a dizer, que elas tenham capacidade de decisão sobre os assuntos educativos".

Priscilla Maria Bonini Ribeiro

Presidente da Undime-SP e Undime Sudeste
Conselheira Estadual de Educação
Dirigente Municipal de Educação de Guarujá

EDUCADORES DO BRASIL



"O mal não está na infância. A criança é sempre uma vítima inocente. Também não está, propriamente, no adulto, que é uma resultante de vários fatores. Está nestes fatores. É só uma organização social que compreende com clareza que a educação poderá transformar semelhante estado de coisas".

Cecília Benevides de Carvalho Meireles (1901-1964)

AS METAS DO PNE



Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Meta 4: Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os sete anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do plano; e até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

Ideb	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE.)

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência

deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação.

Meta 16: Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: Garantir, em leis específicas aprovadas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior pública, informada pela prevalência de decisões colegiadas nos órgãos dos sistemas de ensino e nas instituições de educação, e forma de acesso às funções de direção que conjuguem mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica, observada a autonomia federativa e das universidades.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO NOROESTE PAULISTA

A cidade de Votuporanga sediou o 1º Seminário de Educação do Noroeste Paulista, com o tema “Arranjo do Desenvolvimento da Educação do Noroeste do Estado de São Paulo”. O evento aconteceu nos dias 11 e 12 de julho, e contou com representantes de diversos municípios paulistas, especialmente os da região de Jales, Fernandópolis, Santa Fé do Sul e Votuporanga.

Docentes, gestores escolares, DMEs e outros convidados, desfrutaram de uma extensa programação com palestras, mesas redondas para debates e exposição de cases de sucesso. Todos os participantes receberam certificado emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Os debates contaram com a presença dos seguintes especialistas: Regina Shudo - Pedagoga e Consultora para Redes de Ensino, Francisco Aparecido Cordão - Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e Artur Costa Neto - Vice-Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

A palestra inicial, “Construção de Plano Municipal da Educação com Base no Território Regional”, foi ministrada por Rodrigo de Oliveira Júnior, que é Coordenador de Cooperação Federativa - SASE/MEC. Os temas discutidos nas mesas redondas foram: Qualidade na Educação: do Direito à Educação ao Dever de Educar; Relato de Experiências: Novos Modelos Educacionais com Foco na Aprendizagem; O Compromisso com a Aprendizagem; e, Relatos de Práticas Exitosas na Educação Infantil e Ensino Fundamental.



O evento foi organizado pelo IFSP em parceria com a Associação dos Municípios de Araraquarense (AMA), e do Centro Universitário de Votuporanga (Unifev).

A Undime-SP também prestigiou o evento sendo representada pela Secretária de Finanças, Marialba Carneiro, DME de Pereira Barreto: “Estamos muito honrados em participar deste evento que tanto conhecimento proporcionou, com palestras elucidativas, mesas para debate, enfim, é realmente gratificante ver como estamos empenhados em alavancar a educação dos municípios paulistas e de nosso país”.

Encerrando as atividades do evento, os presentes participaram da palestra “Minha Carreira de Sucesso”, ministrada pelo astronauta brasileiro, Marcos Pontes.



APOIO INSTITUCIONAL



TRIBUNAL DE CONTAS RECEBE A UNDIME-SP



No dia 21 de julho, a Presidente da Undime-SP, Priscilla Bonini Ribeiro, participou de reunião com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, com o Secretário-Diretor Geral do TCE, Sérgio Ciguera Rossi, com a Prefeita do Município de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, e com o Assessor Jurídico da Undime-SP, Fabiano Lopes.

No encontro o assunto principal foi referente às demandas levantadas pelos municípios em relação à prestação de contas e as questões relacionadas aos convênios com as entidades do terceiro setor que atuam nas creches, para o esclarecimento de dúvidas pertinentes aos assuntos.

“Tratamos da realidade dos municípios com o intuito de encontrarmos caminhos que possibilitem o avançar no atendimento das demandas e também, no que se refere à política nacional de educação.”, declarou a Prefeita Maria Antonieta.

A Presidente Priscilla se declarou satisfeita com a reunião: “os municípios precisam deste respaldo para equilibrar suas finanças. Enquanto não conseguirmos que os Tribunais, o Estado e a União conversem e reflitam que as contas não fecham, os gestores municipais serão responsabilizados. É importante estarmos alinhados para a resolução de problemas comuns, como é o caso da prestação de contas. Essa reunião foi muito profícua e aproveitamos para agradecer ao Presidente Edgard Camargo e ao Secretário Sérgio Rossi pela elucidação de assuntos tão importantes para a administração pública”.

UNDIME-SP EM REUNIÃO COM MINISTRO PAIM

No dia 24 de julho, a Presidente de nossa entidade, Priscilla Maria Bonini Ribeiro, esteve presente na reunião com o Ministro da Educação, José Henrique Paim, e equipe, com a Presidente da Undime Nacional, Creuza Repulho, DME de São Bernardo do Campo, para discutir com o MEC questões referentes à manutenção do FUNDEB e os desafios que os municípios enfrentarão para cumprir as metas do PNE.

“Tivemos uma ótima receptividade do Ministro Paim, que entendeu a situação apresentada e a emergência do apoio que a União precisa dar aos municípios para o cumprimento das metas do PNE”, declarou Priscilla Bonini.



AVALIADORES EDUCACIONAIS RECEBEM ORIENTAÇÃO NA UNDIME-SP



No dia 28 de julho, recebemos em nossa sede 33 representantes de Secretaria de Educação dos municípios paulistas, para assistirem palestras acerca da “Orientação Técnica dos Avaliadores Educacionais”. Este encontro teve por objetivo preparar os participantes para comparecerem à capacitação oferecida pelo MEC, a ser realizada no início de agosto, e contou com a presença da Secretária Adjunta de Educação do Estado de São Paulo, Cleide Bauab Eid Bochixio.

Os temas das palestras foram: “Exposição do Trabalho: objetivos, fluxo e responsabilidades”, ministrada por Marilena Rissuto Malvezzi, que é Assessora Técnica de Gabinete da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; “Planejando a Próxima Década: apresentação do material”, ministrada por Marialba Carneiro, que é Avaliadora Educacional Supervisora do MEC e DME de Pereira Barreto; “Exposição referente ao Manual e os procedimentos” ministrada por Maria das Graças Daemom, que é Avaliadora Educacional Supervisora do MEC e DME de Taquarituba; “Exposição referente à Trajetória para Adequação ou Elaboração dos Planos de Educação”, ministrada por Marialba Carneiro; e, “Apresentação do mapa com a divisão em polo, dos municípios que solicitaram a orientação dos Avaliadores Educacionais”, ministrada por Marilena Rissuto Malvezzi.

“Nós da Undime-SP agradecemos a participação de todos, em especial, a presença da Secretária Adjunta, professora Cleide Bochixio, que veio nos ajudar nesta orientação. Estamos muito felizes pela realização deste encontro, pois as orientações dadas nesta reunião serão muito úteis aos nossos colegas que farão a capacitação no MEC. Nós da Undime concentramos nossos esforços para minimizar os problemas que os gestores educacionais enfrentam no seu dia a dia. Os Planos Municipais precisarão ser elaborados com técnica e transparência para atingirmos a melhoria da educação em cada município paulista”, declarou Marialba Carneiro, que também representou a diretoria da Undime-SP no evento.



CICLO DE SEMINÁRIOS E CAPACITAÇÕES 2014

Acesse: www.undime-sp.org.br

FALE COM A UNDIME-SP

Telefones:

(11) 3120-3374
(11) 3257-2794
(11) 94204-8787 (Vivo)
(11) 97626-7065 (Claro)

E-mail: undimesp@gmail.com

Assessora Presidente:
Ivelise Viudes
(13) 99770-8787

Assessoria Jurídica:
Dr. Fabiano Lopes
(13) 98170-6300
Assessoria Comunicação:
Maura Pescador
(13) 98131-9510